

A GUERRA QUE VEMOS, O CONFLITO QUE NOS OLHA OU COMO ANALISAR UMA GUERRA EM CURSO?

The War we See, the Conflict that Looks at us or how to Analyze an Ongoing War?

Delmo de Oliveira Torres Arguelhes¹

Numa palavra, não é propriamente ao tempo que a história deve o seu caráter de antiguidade – e o que se pretende com essa observação feita de passagem é aludir e remeter ao caráter problemático e à peculiar duplicidade desse elemento misterioso. [...] E não será o caráter de antiguidade de uma história tanto mais próxima do presente, quão menos ‘antes’, ela se desenrolar?

Thomas Mann, A montanha mágica (1924).

A atual guerra entre Rússia e Ucrânia levanta uma infinidade de questões. Uma das primeiras foi justamente a tomada de posição da imprensa ocidental a favor da Ucrânia, transformando o presidente ucraniano Volodymyr Zelenski em herói midiático. Numa guerra, existe a tendência humana à tomada de posição, em favor do lado ‘correto’ do conflito. Tal tendência, por óbvio, não existe sem influências externas ao indivíduo. Usaremos essa guerra como referência ao nosso principal questionamento: qual seria o caminho mais adequado à análise de um conflito?

As dificuldades que a análise histórica de uma guerra em curso pode apresentar são inúmeras. A primeira delas seria a falta de distanciamento temporal, que é um auxiliar poderoso na descrição, análise e avaliação dos condicionantes e desdobramentos dos fatos. Se a história contemporânea se destaca das demais grandes divisões da cronologia pela proximidade, tal característica guarda peculiaridades passíveis de problematização. Marc Bloch observa que, a partir de um marco arbitrário (1830, 1914, 1940, ou então mais recentes como 1989, 1991 ou 2001) pode-se

¹ Doutor em História das Ideias (UnB, 2008). Fez estágio pós-doutoral em Estudos Estratégicos (UFF, 2020). Pesquisador associado sênior do Núcleo de Estudos Avançados do Instituto de Estudos Estratégicos (NEA/INEST) da UFF. Coordenador do Grupo Geopolítica e Governança Oceânica, do Centro de Estudos Estratégicos e Planejamento Espacial Marinho (CEDEPEM). Membro do corpo editorial da Revista CEDEPEM.

tentar estabelecer um limite sobre o que é objeto de conhecimento histórico e o que seria reservado para a leitura sociológica ou a mera descrição jornalística (2002, p.61). Tal discussão, sobre o que é domínio histórico e que não é, no entanto, surgiu justamente no que chamamos época contemporânea, a partir dos Oitocentos. Heródoto e Tucídides não se preocuparam com a proximidade temporal das Guerras Médicas ou da Guerra do Peloponeso (FERREIRA, 2000). Inclusive, não se pode perder de vista que Heródoto e Tucídides preocuparam-se não apenas em compreender os acontecimentos narrados, atribuindo motivações e sincronicidades aos eventos. Havia também o cuidado para que o tempo não obliterasse a lembrança dos feitos notáveis de helênicos e bárbaros.

Ainda assim, os velhos mestres ainda puderam escrever sobre acontecimentos aparentemente concluídos, mesmo que sem grande distância temporal. Eventos como o *Euromaidan* e a anexação da Criméia, que tiveram lugar em 2014, e a Guerra entre Rússia e Ucrânia, que está acontecendo em 2022, agregam desdobramentos diretamente relacionados com os anteriores. Mais do que história contemporânea, nos deparamos aqui com a história do tempo presente, ou, conforme a nomenclatura francesa, história imediata. O sincronismo entre observação, reflexão e narração pode parecer indefinido, justamente por suprimir o desejado distanciamento temporal entre aquilo que aconteceu e o historiador. Como, portanto, distinguir *fenômenos* de *aparências* no calor da hora?² Eis um questionamento sem resposta definitiva. Mas é algo que deve sempre ser levado em consideração, quanto mais próximo se está do acontecimento.

Há uma famosa anedota sobre um dos dirigentes da China maoísta, Chu En-Lai, durante as conversações de Genebra, em 1954, quando se discutia o futuro da Indochina Francesa, após a vitória do *Vietminh* na batalha de Dien Bien Phu. Outras versões da mesma anedota a colocam no encontro de Nixon com Mao Zedong, em 1972. Um repórter francês, talvez na tentativa de mostrar um personagem mais simpático ao público leitor, perguntou a ele sobre o que achava da Revolução Francesa. En-Lai respondeu “ainda é muito cedo para dizer alguma coisa”. Seria uma resposta evasiva, bem prudente, mas também – segundo a moral da história dessa anedota – uma resposta filosófica. A

² *Parecer e aparência*, destacados no texto, remetem diretamente às observações de Martin Heidegger sobre a diferença entre *fenômeno* e *aparência*. Fenômeno é o ente “o que se mostra em si mesmo” (2006, p.67), enquanto se põe sob a luz, desvelando-se ao ser. Porém, há a possibilidade de o ente mostrar-se como aquilo que não é. Tal assertiva não é um paradoxo. Basta lembrar, a título de exemplo, que ‘democracia liberal’ não é democrática, porque historicamente é baseada nos interesses dos proprietários dos meios de produção. Quando o ente “se faz ver assim como...” (2006, p.67) remete à *aparência*, que difere, portanto, do mostrar-se em si mesmo. Aparência não seria tão somente um mostrar-se incorreto – ou que induz ao erro – do ente, mas seria também um aparecer transitório, o qual escapa das características perenes do ente. A bem conhecida assertiva de Clausewitz, sobre a guerra ser um camaleão (2010: 30), ilustra bem esse caráter contingente do mostrar-se dos entes. A guerra, ao longo do tempo, apresenta lógica, práticas e dinâmicas distintas – falanges gregas, legiões romanas, cavalaria medieval, guerra total em batalhas de trincheiras, em 1914-18, ou em ofensivas massivas de blindados, entre 1939-45 – sem, no entanto, deixar de ser ‘guerra’. Em suma, há uma superfície aparente do fenômeno – seja errônea, seja parcial, seja efêmera – por cima daquilo que o ente é em si mesmo.

distância temporal de quase dois séculos era ainda muito pouca, na visão de um líder chinês, para se poder avaliar ou mesmo narrar historicamente o evento. O desafio da história do tempo presente e da história imediata, portanto, é saber superar as adversidades que o objeto de estudo levanta.

Uma distância temporal mínima, entre o acontecimento e a reflexão histórica sobre ele, carrega a vantagem – que diminui inversamente à proximidade, no caso de uma história do tempo presente – de aumentar as opções para a elaboração da narrativa histórica. Tomamos por base a teoria da obra histórica, proposta por Hayden White em 1973.

Começo por distinguir os seguintes níveis de conceptualização na obra histórica: 1) crônica; 2) estória; [...]. Entendo que a 'crônica' e a 'estória' remetem a 'elementos primitivos' do *relato histórico*, mas ambas representam processos de seleção e arranjo de *dados extraídos do registro histórico não processado* no interesse de tornar esse registro mais compreensível para um *público* de determinado tipo. Assim concebida, a obra histórica representa uma tentativa de mediação entre o que chamarei de *campo histórico*, o *registro histórico* não processado, *outros relatos históricos* e um *público*. [grifos do autor] (1995, p.21).

White busca nos níveis elementares da conceptualização proposta – crônica e estória –, os elementos que serão a transição inicial do acontecido em narrativa histórica. A crônica é, a rigor, a organização dos eventos ordenados de acordo com o fluxo do tempo. A transição para o estrato da estória se dá quando se elenca alguns eventos da crônica em motivos iniciais, de transição e conclusivos.³ Então, relatos historiográficos sobre os países ex-soviéticos, redigidos nos últimos vinte anos, já sofrem mais variações nas composições justamente pela tensão que ocorre entre crônica e estória. A arte de se fazer uma análise histórica, e não uma descrição jornalística, desses eventos não se concentra unicamente nos dois primeiros níveis, e muito menos na distância temporal. Mas tais modos de elaboração são a porta de entrada para um trabalho histórico digno de tal nome. Os modos de elaboração de White⁴ são escolhas que o historiador faz. Elas são, conscientes ou inconscientes,

³ Se algum historiador pretender escrever uma história da independência brasileira, por exemplo, partirá dos mesmos eventos já conhecidos, porém, terá inúmeras opções para escolher os motivos iniciais, transitórios e conclusivos. Poderá começar a narrativa a partir das inconfidências do final do século XVIII, ou da transferência da Família Real para a Colônia, ou da elevação da categoria da colônia a reino unido, ou da Revolução do Porto, de 1820. Isso vale também para os motivos finais, que poderão ser desde a Constituição de 1824 até a Abdicação ao Trono, de D. Pedro I, em 1831.

⁴ White propõe, ao todo, cinco modos de elaboração. Além da crônica e da estória, ainda há o de elaboração de enredo, explicação por argumentação formal e a explicação por implicação ideológica, nesta ordem. Assim, ele lista tipos ideais de estilo historiográfico, a partir dos três últimos modos, condensando em quatro: metáfora, metonímia, sinédoque e ironia (1995, p.46-56). O autor pode ser acusado de formalismo excessivo, sem, no entanto, deixarmos de utilizar as partes interessantes da obra. E não são poucas partes. Curiosamente, ele construiu a base teórica de *Meta-história* (1995) a partir das proposições literárias de Northrop Frye, as quais consideravam excessivamente rígidas para fazer justiça às grandes obras literárias, mas suficiente para formas literárias menores, como a historiografia. Sem pretender entrar aqui na polêmica suscitada pelo livro de White a partir dos anos 1970 – que ocupou diversos números de revistas acadêmicas estadunidenses e europeias –, apenas o utilizamos para pensar em alguns limites de uma história do tempo presente. Para um objetivo limitado, assim como Frye para White, *Meta-história* se mostrou muito adequado para nossa reflexão.

essencialmente *poéticas*. Poético no sentido original do termo grego ποιησις [*poiésis*]: fazer, criar. Vale tanto para o sentido do artesão, que molda a matéria bruta, quanto para o literato e o historiador, que moldam a palavra. Os historiadores e demais congêneres acadêmicos, não podem tão somente se ocupar com o conteúdo; a descrição *do que ocorreu*, seja por um viés positivista, ou por elaborações mais sofisticadas, acompanhadas de robusta reflexão epistemológica. Temos que nos ocupar também com a *forma*. As escolhas poéticas que fazemos ao redigir um artigo, um capítulo ou um livro são, para o bem, ou para o mal, o nosso estilo. Nunca se deve perder de vista o público para o qual se destina a obra. Assim, o trabalho originado de uma história do tempo presente – ou até mesmo simultâneo, no nosso caso específico – tem, além de tudo, um caráter de efêmero, à medida que guarda em si a espera de uma reflexão posterior, mais aprofundada. No entanto, essa assertiva não condena o valor da história do tempo presente. Muito pelo contrário, a torna mais preciosa. No futuro, inclusive, será de valia para outros historiadores poderem avaliar e analisar a nossa percepção dos acontecimentos. A resposta mais curta aos críticos da história do tempo presente, no entanto, seria justamente a epígrafe desse capítulo. Qualquer objeto de estudo, a princípio, é digno. Basta apenas ser tratado com rigor metodológico, e, também, com alguma tentativa de escrita agradável aos olhos do público.

Outro problema sobre o nosso tema, mais específico, é aquilo que poderíamos chamar, ironicamente, de *Fantasma do Comunismo*. Mesmo mais de trinta anos após a queda da União Soviética, em dezembro de 1991, essa quer parecer ser sempre invocada, quando se menciona a Rússia, suscitando recepções amigáveis ou hostis, por parte do público. Dificilmente tal assunto é recepcionado com indiferença. Conservadores, reacionários e progressistas têm o costume, na maior parte dos casos, de pensar a Rússia de um modo apaixonado. No entanto, deve-se evitar o truísmo de afirmar que tal visão é eivada de preconceitos. Afinal, toda e qualquer intermediação do ser com a realidade sensível é construída através de preconceitos, conforme Hans-Georg Gadamer (2003, p.368).

O preconceito, longe de ser obrigatoriamente algo errôneo ou pejorativo, nada mais é do que um juízo prévio, emitido antes da análise cuidadosa do objeto. Sendo inescapável, cabe ao ser controlar os próprios preconceitos, colocando-os em perspectiva. Edmund Husserl propunha, anteriormente a Gadamer, o exercício da suspensão do juízo sobre o objeto (*εποχή*). Ou seja, quando há um excesso de valorações ou atribuições semânticas a um termo, a abordagem mais frutífera é justamente separar a expressão das acepções imputadas à mesma, buscando compreender o objeto nos próprios termos. Naturalmente, tal procedimento não pode ser classificado como a-histórico, visto

que todos nós, seres humanos, pertencemos à História – entendida aqui como a trajetória humana no tempo / espaço –, e, portanto, nosso entendimento é histórico. Justamente, por conta da historicidade do nosso entendimento, devemos sempre fazer um reposicionamento do próprio objeto de estudo, ou de interesse, nas nossas tentativas de compreensão.

Há, em acréscimo, que se colocar em suspensão – ou redução fenomenológica, a *epokhé* (εποχή) citada acima – a forma do senso comum de se pensar uma guerra. Usualmente, tende-se a buscar um dos lados em combate, o qual deve ser objeto de suporte, moral ou material, resumido muito bem pelo termo *torcida*, derivado do verbo *torcer*. Se torce, geralmente, pelo lado que detém a justiça, o qual angaria simpatias, por questões políticas e ideológicas. A implicação da vitória do lado justo, deriva da antiga ideia de *ordálio*. Este era o *juízo divino*, a crença de que a divindade, singular ou coletiva, garantiriam a vitória – seja em batalha, duelo ou numa competição – ao lado que detivesse a justiça. O princípio do ordálio implica, portanto, que o vencedor numa contenda qualquer, seja o lado correto e justo. Retomando Gadamer, tais juízos prévios são inescapáveis. A questão principal, portanto, não é tentar lançar um olhar sobre o fenômeno sem qualquer tipo de preconceito, a partir dos ditames positivistas dos Oitocentos, já que isso seria impossível. Mas sim, ao estarmos conscientes da visão prévia, posição prévia e concepção prévia que emitimos, antes da análise e reflexão acerca do objeto. Juízos morais, e simpatia por algum lado, não são elementos proibidos. Mas não devem ser confundidos com a verdade factual ou análise metódica.

REFERÊNCIAS

- BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o Ofício do Historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.
- CLAUSEWITZ, Carl von. **Da Guerra**. 3ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 2010.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. História do tempo presente: desafios. In: **Cultura Vozes**. Petrópolis, v. 94, N. 3. 2000, pp. 111-24.
- FOUCAULT, Michel. **Nascimento da Biopolítica**. Curso dado no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- GADAMER, Hans-Georg. **Verdade e Método 1**: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica. 5ª edição. Petrópolis: Vozes, 2003.
- HEIDEGGER, Martin. **Ser e Tempo**. Petrópolis: Vozes, 2006.
- WHITE, Hayden. **Meta-história: a imaginação histórica do século XIX**. 2ª edição. São Paulo: Edusp, 1995.